UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JULIANO PEREIRA VILAS BOAS

O PNLD LITERÁRIO E OS PARADIDÁTICOS: AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Maceió
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JULIANO PEREIRA VILAS BOAS

O PNLD LITERÁRIO E OS PARADIDÁTICOS: AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof. Drª. Jacqueline Praxedes de Almeida

Maceió
2023

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

V697p Vilas Boas, Juliano Pereira.

O PNLD literário e os paradidáticos : as contribuições das políticas nacionais de incentivo à leitura para o ensino da geografia / Juliano Pereira Vilas Boas. – 2023.

59 f. : il. : color.

Orientadora: Jacqueline Praxedes de Almeida.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 53-58.

Apêndices: f. 59.

1. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). Material didático literário. 2. Geografia - Estudo e ensino. 3. Livro paradidático. I. Título.

CDU: 911:371.64/.69(81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JULIANO PEREIRA VILAS BOAS

O PNLD LITERÁRIO E OS PARADIDÁTICOS: AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE INCENTIVO À LEITURA PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a): Prof.ª Drª. Jacqueline Praxedes de Almeida

Monografia defendida e aprovada em __04__/_09___/__23__

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br
JACQUELINE PRAXEDES DE ALMEIDA
Data: 05/09/2023 10:10:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Drª. Jacqueline Praxedes de Almeida (Presidente)

Documento assinado digitalmente
gov.br
CIRLENE JEANE SANTOS E SANTOS
Data: 18/09/2023 15:13:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Drª. Cirlene Jeane Santos e Santos (IGDEMA/UFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUCIANE MARANHA DE OLIVEIRA MARISCO
Data: 05/09/2023 13:40:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Drª. Luciane Maranha de Oliveira Marisco (IGDEMA/UFAL)

Maceió
2023

DEDICATÓRIA

Em especial, dedico este trabalho de conclusão de curso à dona Cida, minha mãe (*in memoriam*).

Dedico também à minha companheira de vida, Andresa, por todo o apoio necessário para realização desse sonho, e a toda minha família.

À minha orientadora, por todo o aprendizado e por toda paciência e cuidado no decorrer da graduação, dos projetos institucionais e deste trabalho.

A todos os companheiros e companheiras de graduação.

AGRADECIMENTOS

À minha companheira, Andresa, que me deu todo o apoio necessário para lograr êxito durante a minha jornada acadêmica.

À profa. dra. Jaqueline Praxedes de Almeida, por todo aprendizado e orientações durante a graduação. Agradeço por todos os momentos de orientação, amplos de aprendizagem, marcados pelo acolhimento e pela contribuição à minha caminhada acadêmica. Você é um exemplo de compromisso e respeito.

Aos professores Joaquim Azevedo e Denis Calazans (IFAL), por todos os ensinamentos que me possibilitaram um amadurecimento profissional enorme.

Aos meus amigos da universidade, que sempre me apoiaram e me auxiliaram durante toda a graduação.

Aos meus professores, por todo conhecimento trabalhado no decorrer do curso.

Aos meus parentes e familiares em geral, por nunca deixarem de acreditar em mim.

A todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram e acreditaram em mim, eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível.

“Nenhuma pedagogia que seja verdadeiramente libertadora pode permanecer distante do oprimido, tratando-os como infelizes e apresentando-os aos seus modelos de emulação entre os opressores. Os oprimidos devem ser o seu próprio exemplo na luta pela sua redenção”.

Paulo Freire

RESUMO

A ciência geográfica exerce um papel fundamental na formação do sujeito crítico, pois possibilita ampliar sua concepção em torno da realidade em que se vive, ajudando a compreender as dinâmicas nas relações das sociedades que são responsáveis pela constante formação e transformação do espaço geográfico. Nesse cenário contemporâneo, a escola, juntamente com a ciência geográfica, precisa dar conta de uma complexa sucessão de conhecimentos, além das mudanças contemporâneas nas relações homem-espaço, as quais demandam profissionais capacitados e engajados no efetivo processo de ensino e aprendizagem. Para que isso ocorra, a Geografia escolar deve transcender o modelo tradicional de ensino, no qual a fragmentação do saber, o distanciamento da realidade cotidiana dos alunos e a aprendizagem mecânica propiciam o ainda presente entendimento de que a Geografia é uma disciplina mnemônica, cabendo-lhe apenas descrever os fenômenos presentes na superfície terrestre, e ao discente, a capacidade de memorizar para, posteriormente, reproduzir as informações armazenadas. Nesse sentido, o uso da literatura pode ajudar no processo de estimular o interesse dos alunos para os conteúdos geográficos. Além disso, a interação entre literatura e Geografia se baseia na capacidade que a literatura tem de mostrar a realidade vivida pela sociedade através das obras literárias, sendo essa situação um facilitador para o entendimento da Geografia e de suas principais categorias de análise. Diante do exposto, o presente estudo tem o objetivo de analisar o uso da literatura no ensino da Geografia, destacando a importância e a contribuição das obras literárias para o ensino de uma Geografia significativa, que proporcione a problematização da realidade e que viabilize a construção de um conhecimento libertador, capaz de transformar a realidade na qual os alunos vivem, bem como apresentar os dados da pesquisa intitulada: “Ensino de geografia e literatura: o PNLD Literário nas Escolas públicas estaduais de Maceió ”, vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), associado ao Laboratório de Ensino de Geografia (LEG) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). No que se refere à metodologia da pesquisa, foram realizados o levantamento e a leitura de material bibliográfico no que diz respeito à temática. Cabe ressaltar que o instrumento para a recolha dos dados foi o questionário, tendo como alvo os professores de Geografia da rede pública estadual. Os resultados da pesquisa demonstraram que a realidade do ensino de Geografia nas escolas pesquisadas ainda segue um modelo tradicional e que a maioria dos professores não utiliza a literatura em suas aulas ou possui dificuldades de utilizá-la de maneira efetiva.

Palavras-chaves: Ensino de Geografia, PNLD Literário, Paradidáticos.

ABSTRACT

Geographic science plays a fundamental role in the formation of the critical subject, as it makes it possible to expand its conception around the reality in which we live, helping to understand the dynamics in the relationships of societies that are responsible for the constant formation and transformation of the geographic space. In this contemporary scenario, the school, together with geographic science, needs to deal with a complex succession of knowledge, in addition to contemporary changes in man-space relations, which demand trained professionals engaged in the effective teaching and learning process. For this to happen, school Geography must transcend the traditional teaching model, in which the fragmentation of knowledge, distancing from students' everyday reality and mechanical learning provide the still present understanding that Geography is a mnemonic discipline, fitting just describe the phenomena present on the earth's surface, and the student, the ability to memorize to later reproduce the stored information. In this sense, the use of literature can help in the process of stimulating students' interest in geographic content. In addition, the interaction between literature and geography is based on the capacity that literature has to show the reality experienced by society through literary works, this situation being a facilitator for the understanding of geography and its main categories of analysis. Given the above, the present study aims to analyze the use of literature in the teaching of Geography, highlighting the importance and contribution of literary works to the teaching of a significant Geography, which provides the problematization of reality and which enables the construction of a liberating knowledge, capable of transforming the reality in which the students live, as well as presenting the data of the research entitled: “Teaching of geography and literature: the PNLD Literary in the state public schools of Maceió”, linked to the Institutional Program of Initiation Scholarship (PIBIC), associated with the Geography Teaching Laboratory (LEG) of the Federal University of Alagoas (UFAL). With regard to the research methodology, a survey and reading of bibliographic material regarding the theme were carried out. It should be noted that the instrument for data collection was the questionnaire, targeting Geography teachers from the public state network. The survey results showed that the reality of teaching Geography in the schools surveyed still follows a traditional model and that most teachers do not use literature in their classes or have difficulties using it effectively.

Keywords: Geography Teaching, Literary PNLD, Paradidactics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bairros das escolas pesquisadas..... 41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas e seus respectivos bairros..... 40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de atuação na docência 43
Gráfico 2 – Tipos de incentivo à leitura 44
Gráfico 3 – Gêneros literários que os professores mais gostam 50

LISTA DE ABREVIAMENTO E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COLTED	Conselho do Livro Técnico e Didático
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ERELIC	Encontro Regional de Licenciaturas
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GERE	Gerência de Ensino
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEG	Laboratório de Ensino de Geografia
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNLD	Plano Nacional do Livro e do Material Didático
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNSL	Programa Nacional Sala de Leitura
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio
PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos
PNLD/Literário	Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático Literário
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEDUC	Secretaria de Educação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO PARADIDÁTICO NO BRASIL 18**
2.1 Programa Nacional do Livro Didático: histórico e perspectivas 18
2.2 O PNLD Literário 25
2.3 Os paradidáticos e sua importância no processo de ensino-aprendizagem 27
3 OS PARADIDÁTICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA 31
3.1 O ensino de Geografia na contemporaneidade 31
3.2 Uso da literatura no ensino de Geografia 34
3.3 O paradidático como instrumento facilitador no ensino de Geografia 36
4 O USO DOS PARADIDÁTICOS PELOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DAS ESCOLAS DA 1ª GERE DE MACEIÓ 40
4.1 Metodologia 40
4.2 Resultados e discussões 42
4.2.1 O perfil dos professores pesquisados 42
4.2.2 A ação docente e a visão dos professores no que se refere à prática da leitura 44
CONCLUSÃO 51
REFERÊNCIAS 53
APÊNDICES 59

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia na educação básica tem um papel essencial no desenvolvimento de um pensamento crítico e emancipador dos alunos e uma participação mais atuante na sociedade. Diante isso, é necessário que as aulas de Geografia se tornem cada vez mais atrativas e estimulantes para os alunos. No intuito de tornar esses encontros mais significativos para os discentes, a compreensão das relações que ocorrem no espaço geográfico pode ser explorada por atividades que promovam a integração com outras áreas do conhecimento, como a Matemática, a História e as Ciências Biológicas, bem como com as artes, como a música, a pintura e a literatura.

Nessa perspectiva, o uso da literatura nas aulas de Geografia se mostra como uma possibilidade de ir além do tradicionalismo e tornar as aulas mais significativas e realizadoras. Sendo assim, Saltoris e Cardoso (2016, p. 6) afirmam que

> As obras literárias são capazes de construir e compreender espaços, levam o leitor a uma realidade distante através de narrativas que fazem com que o estudante viva determinados espaços a partir do olhar de personagens e autores. Uma das formas de compreensão dos acontecimentos relatados pelos personagens do texto literário se dá a partir do imaginário que faz ligação das imagens, lugares e paisagens com as experiências que já foram vivenciadas pelo leitor, criando representações formadas pela percepção social, isso porque a "[...] imaginação redimensiona as realidades, reconstrói o mundo e a relação do ser humano com ele [...]".

Nesse sentido, o professor tem um papel fundamental, que é de intermediar e fazer a correlação das obras com os assuntos geográficos, proporcionar reflexões que levem o aluno a questionar e a correlacionar a história literária, a Geografia e sua realidade. Nessa perspectiva, Coelho (2016) afirma que a utilização de obras literárias no ensino de Geografia se constitui uma proposta enriquecedora e renovadora, já que ajuda a ultrapassar as barreiras do ensino tradicional através da valorização da realidade vivida pelo aluno.

Nesse sentido, Almeida e Calazans (2019, p. 5) analisam que

> [...] Quando se trata da Geografia enquanto disciplina escolar, os paradidáticos também se fazem presentes, sendo um instrumento que contribui no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, já que, através dos materiais paradidáticos, o professor tem a oportunidade de favorecer, por exemplo, o entendimento das diferentes paisagens,

> regiões e aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais em diferentes realidades temporais de uma forma mais dinâmica.

Nesse sentido, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) assume um caráter muito mais amplo do que simplesmente responsabilizar-se pelo fornecimento de material didático às escolas públicas brasileiras; ele passa a ser um instrumento de suma importância na educação pública do país, objetivando uma formação cada vez mais integral ao estudante e ao professor e a possibilidade de inovar sua ação docente. Por meio das obras literárias distribuídas pelo PNLD Literário, os alunos podem experimentar a ampliação de seu repertório cultural, suas práticas de linguagem e de sua compreensão do mundo, tendo acesso a diferentes pontos de vista e estabelecendo uma visão crítica da própria realidade.

Diante do exposto, o presente estudo tem o objetivo de discutir o uso da literatura no ensino da Geografia, enfocando a importância e a contribuição das obras literárias para o ensino de uma Geografia significativa, que proporcione a problematização da realidade e que viabilize a construção de um conhecimento libertador, capaz de transformar a realidade na qual os alunos vivem, bem como de apresentar a visão e a prática dos docentes de escolas estaduais de Maceió vinculadas à 1ª Gerência de Ensino (GERE-AL) sobre o uso de obras literárias nas aulas de Geografia. Os dados apresentados neste estudo foram oriundos da pesquisa intitulada: "O PNLD Literário e os paradidáticos: as contribuições das políticas nacionais de incentivo à leitura para o ensino da Geografia", vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), associado ao Laboratório de Ensino de Geografia (LEG) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Sendo assim, a presente monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Geografia está estruturada em três capítulos.

No **Capítulo 2** a seguir, intitulado "As políticas públicas do livro paradidático no Brasil", foi realizada uma análise histórica das políticas públicas voltada para o incentivo à leitura, como também um levantamento sobre a importância do PNLD Literário e a relevância do uso dos recursos paradidáticos no ensino de Geografia.

No **capítulo terceiro,** "Os paradidáticos no ensino de Geografia", foi traçada a possibilidade do uso da literatura para o processo educativo, bem como a interação existente entre ela e a Geografia. Da mesma forma, sobre a relevância da utilização de livros paradidáticos nas aulas de Geografia.

Finalizando o presente trabalho, **o Capítulo 4**, denominado "O uso dos paradidáticos pelos professores de Geografia das escolas da 1ª GERE de Maceió", expõe os resultados obtidos através da pesquisa realizada com os professores de Geografia das escolas selecionadas da 1ª GERE-AL sobre o uso da literatura durante suas aulas.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO PARADIDÁTICO NO BRASIL

2.1 Programa Nacional do Livro Didático: histórico e perspectivas

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o atual programa do Estado brasileiro que atua no sentido de avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio, à prática educativa. No entanto, a primeira política oficial do Estado brasileiro voltada para o livro didático tem início no ano de 1937, a partir do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, com outra denominação, o Instituto Nacional do Livro (INL). O INL também tinha diferentes prerrogativas em relação ao atual programa, o PNLD. Entres as principais atribuições do INL, estavam organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional (BRASIL, 1937).

As políticas educacionais em geral e, especificamente, as voltadas para a leitura, reguladas pelo Ministério de Educação e Saúde, a partir da década de 1930, sob a direção de Gustavo Capanema durante o Estado Novo, obtiveram "[...] um amplo espaço para propagação dos ideais do regime, tendo na educação uma das principais estratégias de viabilização da construção do Estado (FERREIRA, 2008, p. 22).

O INL foi criado num contexto em que "surgia um novo público nas cidades que abandonava os modos de vida tradicionais, ingressando na modernidade, com as novas práticas sociais, as novas técnicas e um novo imaginário" (BRAGANÇA, 2009, p. 223). A conjuntura sociotécnica no Brasil, no ano da criação do INL, era, segundo Bragança (2009, p. 226), de desenvolvimento

> dos meios de comunicação de massa que ampliam e reforçam as práticas de oralidade, agora também mediatizadas, numa sociedade onde a cultura letrada ainda não se havia enraizado profundamente [...] é nesse contexto que o Estado brasileiro inicia sua tardia ação na área do livro e da leitura, talvez tardia demais.

Nesse sentido, os principais objetivos do Instituto Nacional do Livro concerniam a

> organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; editar toda sorte de obras

> raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros e incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (BRASIL, 1937).

Em busca de cumprir os objetivos principais, o INL movimentou um grande debate entre os intelectuais brasileiros sobre a construção de uma identidade nacional. No entanto, o INL não conseguiu publicar a enciclopédia nem o dicionário. Segundo Daher, Freitas e Sant'Anna (2013, p. 410), "desses objetivos, apenas as bibliotecas públicas foram implantadas em alguns estados brasileiros que necessitavam de apoio do INL para aquisição do acervo e preparação de profissionais adequados".

Em 1938, foi criado o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que instituiu em seu capítulo II, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). A comissão tinha como suas funções:

> Examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; Estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; Indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país; Promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (BRASIL, 1938).

Daher, Freitas e Sant'Anna (2013, p. 411), ao analisar o decreto que cria a CNLD, concluem que

> Vê-se nessa primeira legislação específica sobre o livro didático uma clara preocupação de controle, já que não se tratava de uma seleção de obras a serem adquiridas pelo governo, como é o caso do atual Programa Nacional do Livro Didático, mas de uma censura imposta aos livros que eram utilizados em quaisquer escolas do país.

Cabe recordar que o referido decreto surgiu durante a ditatura do Estado Novo (1937-1945), quando, por um lado, houve um incentivo à educação e, por outro, uma preocupação com a sua nacionalização e com o seu controle (BOMENY, 1999). Em 1945, é consolidada a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático através do Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. Esse decreto-

lei foi de grande significado para o corpo docente, pois, como expresso em seu artigo 5º, garantiu ao professor autonomia para a escolha dos livros para uso dos alunos, embora as opções continuassem sendo estabelecidas pelo Estado (BRASIL, 1945).

Após o golpe militar de 1964, que instaurou no Brasil um regime totalitário, a escola pública passou por mudanças estruturais profundas. Esse período coincide com uma importante mudança na estrutura social brasileira, resultante da expansão da urbanização e da industrialização. Nesse sentido, houve a necessidade de aumentar as vagas nas escolas públicas, o que permitiu que as camadas populares tivessem acesso à escolarização.

De acordo com Pereira e Pereira (2017, p. 219), "[...] com a democratização do ensino, aumentou o número de escolas e de alunos, crescendo o número de consumidores de livro didático, acarretando uma extraordinária diversidade de livros didáticos no Brasil". A expansão da escolarização estimulou o crescimento da indústria dos livros escolares. Com a expansão da escolarização e do mercado editorial de livros didáticos, o Estado passou a definir medidas mais enfáticas de intervenção, por meio de políticas para a regulação desses materiais.

Como parte dessas medidas, o governo militar, através do Decreto nº 58.653/66, institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático (COLTED), com a atribuição de "gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso" (BRASIL, 1966). Em outubro do mesmo ano, o governo, através do Decreto nº. 59.355/66, modificou a denominação da COLTED, que se tornou a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.

Para Filgueiras (2015, p. 90):

> A alteração da denominação do Conselho do Livro Técnico e Didático para Comissão do Livro Técnico e Didático foi justificada na exposição de motivos do decreto n. 59.355/66. Segundo o documento oficial, as atribuições do antigo Conselho não atendiam às finalidades da instituição, pois as atribuições do antigo Conselho eram menos direcionadas que a da nova Comissão [...] as considerações iniciais do decreto n. 59.355/66 enfatizavam a necessidade de o Estado manter "atitude atuante e vigilante", podendo "participar diretamente, quando necessário, da produção e distribuição" dos livros técnicos e didáticos.

Após a instalação da COLTED, em 6 de janeiro de 1967, foi assinado o convênio MEC/SNEL/USAID, que previa a cooperação Brasil/EUA para publicações técnicas,

científicas e educacionais. Os acordos entre MEC e USAID envolveram toda a educação nacional, ou seja, o ensino básico e o Ensino Superior, produção e veiculação de livros didáticos e também o treinamento de professores. Fundamentado pelo acordo, "foi organizada uma comissão de especialistas cujos resultados dos estudos efetuados e das recomendações dadas não foram divulgados. Tudo foi feito a portas fechadas e não houve participação popular ou das partes interessadas da sociedade" (FRANZON, 2015, p. 40621).

Ainda na perspectiva de Franzon (2015, p. 40620), o convênio MEC/SNEL/USAID

> representa [...] uma educação formal que não levaria à emancipação do indivíduo ou o manteria numa relativa ignorância, justamente pelo fato do ensino não refletir a realidade e as necessidades internas, por sofrer influxos do capital desde a elaboração da norma, levando inclusive os próprios docentes a servirem de instrumento para os fins almejados pelo poder hegemônico.

Outro ponto importante na década de 1960 é que "os livros didáticos passaram a ser escritos, via de regra, por professores de formação específica nas áreas sobre as quais escreviam e, de um modo geral, em exercício nas séries para as quais seus livros eram destinados" (SILVA, 2012, p. 809). Para Giorgi (2014, p. 1030), "esse aspecto é positivo, uma vez que era comum que livros didáticos fossem escritos por pessoas sem formação na área específica e/ou que nunca tivessem atuado no nível de ensino para o qual produziam os referidos materiais".

Em 1970, a Portaria nº 35, de 11 de março de 1970, do Ministério da Educação, implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). Para Buzinaro (2008, p. 3), com a referida portaria, "[...] o Instituto sofreu um grande golpe, pois esta portaria instituiu o regime de coedição". O governo praticamente renuncia ao seu projeto editorial e passa a subsidiar as editoras privadas, porém com total poder de veto das obras a serem publicadas

Em 1971, "denúncias de irregularidades ocasionaram a instalação de uma Comissão de Inquérito. O escândalo COLTED abrangia editoras e transportadoras e afetava tanto o setor de didáticos como o de bibliotecas" (VAHL; PERES, 2017, p. 567). Nessa conjuntura, a COLTED chega ao fim e, com a publicação do Decreto nº 68.728, de 9 de junho de 1971, estabelece no seu Art. 1º que

> o incentivo, orientação, coordenação e execução das atividades do Ministério da Educação e Cultura, relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos, a que se refere o Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, passam à competência do Instituto Nacional do Livro (BRASIL, 1971).

Sendo assim, foi transferida para o INL a responsabilidade do programa editorial nacional acerca do livro técnico e do livro didático, e sua produção foi integrada ao sistema de coedição já existente para livros literários. Com o término do convênio MEC/USAID, efetivou--se a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático (MOURA, 2019, p. 96).

No ano de 1976, a partir do Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976, o governo federal transfere as atividades relativas à edição e à distribuição de livros, até então sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro, para a competência da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Nesse período, no que se refere aos livros didáticos,

> O governo passou a assumir sua compra e sua distribuição em uma parte das escolas e das unidades federadas, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais é excluída do programa (TOMAZZONI, 2019, p. 20).

Em 1983 a FENAME foi substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e assume o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). No ano seguinte, a FAE institui o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL), com o objetivo de criar, compor e enviar acervos e repassar recurso para ambientar as salas de leitura, em parceria com as secretarias estaduais de Educação e com universidades responsáveis pela capacitação dos professores.

Com o fim do período militar, através do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, o PLIDEF foi substituído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º grau. Com a substituição da PLIDEF pelo PNLD, fica encerrada a participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE (BRASIL, 1985).

Para Oliveira (2017, p.35),

> Apesar de conter apenas nove artigos, o decreto nº 91.542 foi um marco relevante para a política do livro didático no Brasil, uma vez que representou certo avanço no processo de democratização no que se refere à distribuição de material didático aos alunos e à escolha do material pelo professor.

A concretização do PNLD e a participação mais ativa do Governo Federal foram concretizadas na Constituição Federal, que preconizava que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, 1988).

Em 1993, através da Resolução nº 6, o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) vinculou recursos para a aquisição dos livros didáticos, criando, assim, um fluxo regular de verbas para a sua compra e distribuição (MACIEL, 2014, p. 232). Em dezembro 1996, a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, reforça o dever do Estado com as políticas voltadas à distribuição de materiais didáticos, quando tipifica em seu Art. 4º, VIII, que o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, se dê por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996).

No mesmo ano, é iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro "Guia de Livros Didáticos" de 1ª à 4ª série. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Esse procedimento foi aperfeiçoado, sendo aplicado até hoje (VITIELLO; CACETE, 2016, p. 382).

Em 1997, com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD foi transferida, integralmente, para o FNDE, programa que foi ampliado até atingir todas as séries e componentes curriculares (GIORGI, 2014, p. 1033). Outro ponto importante no ano de 1997 foi a criação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência, a fim de promover o acesso à cultura e à informação e o incentivo à leitura de alunos, professores e da população em geral.

No ano de 2003, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 15 de outubro de 2003, por considerar o livro didático um recurso básico para o aluno no processo de ensino-aprendizagem, provê as

escolas do Ensino Médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal com livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) (BRASIL, 2003).

Em 2007, devido à necessidade de estabelecer um programa nacional de fornecimento de livro didático adequado para a alfabetização dos públicos jovem e adulto é criado, através da Resolução CD/FNDE nº 18, de 24 de abril de 2007, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Em 2009, duas importantes resoluções alteraram as prerrogativas do PNLD. A primeira é a resolução CD FNDE nº 51, de 16 de junho de 2009, que regulamentou o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). A segunda é a resolução CD FNDE nº 60, de 20 de novembro de 2009, que estabeleceu novas regras para participação no PNLD, como: que, a partir de 2010, as redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros didáticos, incluindo ainda as escolas de Ensino Médio no âmbito de atendimento do PNLD.

Em 2017, através do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) passa executar, no âmbito do Ministério da Educação, as ações que antes eram do Programa Nacional do Livro Didático. Vale ressaltar que a publicação do Decreto nº 9.099/2017 ocorre menos de um ano depois do "impeachment" da presidenta Dilma Rousseff, em que o ambiente político ficou marcado por discussões sobre as ações do Estado no cumprimento da redistribuição de bens públicos, da cidadania e da justiça social.

> Desde então, uma nova agenda para o país tem sido implementada, levando a cabo um projeto bastante distinto daquele que fora eleito pela maioria da população brasileira. Temos enfrentado inúmeras ameaças e sequestros de direitos em diversos setores, que reforçam a concessão de privilégios para poucos e aprofundam as desigualdades sociais no nosso país (CAIMI, 2018, p. 25).

Nesse sentido, para além da nomenclatura, o novo PNLD também muda suas atribuições. Uma das mudanças a se destacar está tipificada logo no artigo 1º do decreto, que diz:

> O Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes

> federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2017b, p.7).

Ao analisar as mudanças no Decreto nº 9.099/2017, Caimi (2017, p. 26) afirma que

> Ao fixar no PNLD a tarefa de avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, o Decreto estabelece a fusão entre dois programas que se desenvolviam por caminhos distintos: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), [...] Resulta dessa fusão não só uma nova nomenclatura, passando o PNLD a denominar-se Programa Nacional do Livro e do Material Didático, mas também a possibilidade de o programa avaliar, adquirir e distribuir outros materiais de apoio à prática educativa.

Entre os materiais de apoio, estão incluídos

> a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos (BRASIL, 2017b).

Sendo assim, fica evidente que o PNLD assume um caráter muito mais amplo do que simplesmente responsabilizar-se pelo fornecimento de material didático às escolas públicas brasileiras; ele passa a ser um instrumento de suma importância na educação brasileira, objetivando uma formação cada vez mais integral ao estudante e ao professor.

2.2 O PNLD Literário

O fomento de políticas de incentivo à leitura nas escolas tem nas obras literárias uma importante base. Por meio dessas obras, os alunos podem experimentar a ampliação de seu repertório cultural, suas práticas de linguagem e de sua compreensão do mundo, tendo acesso a diferentes pontos de vista e estabelecendo uma visão crítica da própria realidade.

Nesse sentido,

> A leitura, como prática sociocultural, deve estar inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar. Portanto, pensar políticas de leitura extrapola o âmbito da escola, mas sem dúvida não pode prescindir dela, inclusive por ser a instituição pública das mais democratizadas — pela qual quase todos recentemente conseguem chegar e passar — ainda que, em muitos casos, descontinuamente e sem sucesso (BERENBLUM, 2006, p. 23).

Sendo assim, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático Literário (PNLD/Literário) e instituído pelo Ministério da Educação (MEC) o PNLD Literário, que seria um programa especificamente voltado à seleção de obras literárias e de materiais didáticos pelas escolas públicas do país. O PNLD Literário, que envolve a entrega de obras literárias para a composição do acervo literário da sala de aula, tem um papel fundamental como política de incentivo à leitura no Brasil.

O Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, de certa forma põe o fim ao Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE), que era desde 1997 o responsável por abalizar as compras de obras literárias a serem distribuídas para as escolas. O decreto unificou as ações de aquisição e de distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Entre os objetivos do PNLD, expostos no Art. 2º do Decreto nº 9.099/2017, está o de "fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes" (BRASIL, 2017b, p.1), assegurado pelo § 2º do Art. 6º do mesmo decreto, que estabelece a garantia de que o

> O PNLD distribuirá anualmente obras didáticas e literárias para uso em sala de aula pelos estudantes, conforme os critérios, os requisitos e os procedimentos previstos em Resolução do FNDE, ouvida a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (BRASIL, 2017b, p. 1).

O primeiro edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para o PNLD Literário ocorre em 2018 e abrange, nesse momento,

> [...] obras literárias, em língua portuguesa e língua inglesa, destinadas aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e do Ensino Médio (1º ao 3º anos) das escolas públicas federais e as que integram as redes de ensino federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e aos estudantes da Educação Infantil (creche e pré-escola), das escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das instituições comunitárias,

> confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público (BRASIL, 2018, p. 30).

Pontes e Pinto (2020, p. 262) apontam que o edital do PNLD 2020 foi publicado no ano de 2018, "para que o processo de inscrição de editores, seleção e diagramação dos materiais ocorresse em tempo hábil e os livros fossem direcionados às escolas no ano letivo de 2020. Este edital foi unificado, contemplando tanto os livros didáticos quanto os literários".

Como o edital de 2018 incluiu apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e do Ensino Médio (1º ao 3º ano), o edital de 2020 direciona-se exclusivamente ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), assim, o referido documento especifica no tópico 1.1 que possui como

> [...] objeto a convocação de editores para participar do processo de aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos (BRASIL, 2018, p. 1).

O edital ainda destaca a importância das obras literárias quando expressa que elas

> [...] deverão potencializar entre os estudantes a capacidade de reflexão quanto a si próprios, aos outros e ao mundo que os cerca, proporcionando o contato com a diversidade em suas múltiplas expressões por meio de uma interação eficiente — e gradativamente crítica — com a cultura letrada, sem descuidar da sua dimensão estética (BRASIL, 2018, p. 30).

Diante disso, conhecer e compreender a política nacional do livro didático, levando em conta as alterações que ocorrem no PNLD, contribui para uma melhor escolha desses materiais e, também, para a valorização e a ampliação de uso desse e de outros recursos didáticos pelos professores, incluindo os de Geografia

2.3 Os paradidáticos e sua importância no processo de ensino-aprendizagem

A leitura é uma ferramenta fundamental na formação do sujeito enquanto ser atuante em uma sociedade. A leitura estimula o raciocínio, melhora o vocabulário, aprimora a capacidade interpretativa, além de proporcionar ao leitor um conhecimento amplo e diversificado sobre vários assuntos. E, para que o educando adquira o hábito de

ler, é preciso ter acesso a livros que o ajudem a estimular essa prática, tendo os livros paradidáticos significativa importância para o desenvolvimento do hábito da leitura.

Nesse sentido, para Rodrigues (2015, p. 768),

> os textos paradidáticos podem ser utilizados como uma ferramenta pedagógica capaz de viabilizar a compreensão do aluno relativa aos conceitos apresentados, bem como oferecer, ao estudante, a possibilidade de interagir reflexiva e criticamente com o seu meio social, desenvolvendo e vivenciando a sua cidadania.

Já para Menezes (2001, p. 70), os paradidáticos são "[...] livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim e são importantes pois utilizam aspectos mais lúdicos que os didáticos, buscando maior eficiência do ponto de vista pedagógico".

Campello e Silva (2018, p. 67) complementam afirmando que

> o termo paradidático surgiu no âmbito da indústria editorial no Brasil e é tipicamente brasileiro. Foi cunhado por Anderson Fernandes Dias, diretor-
> -presidente da Editora Ática, no final da década de 1970, época na qual as editoras do país expandiam seu mercado com a venda de livros para uso escolar.

Sendo assim, segundo Laguna (2001, p. 48), "os livros paradidáticos nasceram diante das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler".

Ainda sobre os paradidáticos, Thomson (2016, p. 28) explicita que

> [...] Há alguns anos esse conceito poderia ser definido com maior facilidade, pois, nos próprios catálogos das editoras, encontrava-se uma espécie de "rótulo" definindo obras como paradidáticas ou não. Contudo, na atualidade, a ampliação do mercado literário causou uma certa "diluição" dessas definições conceituais quanto à tipologia da obra.

Para Salém e Kawamura (1996, p. 594), os paradidáticos "[...] na maioria das vezes, tratam dos conteúdos científicos de forma mais atraente, relacionando-os com a realidade, conseguindo, assim, aproximar o estudante do mundo da ciência". Laguna (2001, p. 43) diz que "a leitura paradidática se apresenta com o objetivo de despertar nas pessoas o prazer de ler, reconhecendo-se o ato de ler como capaz de instruir, divertir, fazer sonhar com projetos pessoais, políticos, de justiça, de amor e paz".

As obras paradidáticas também dispõem do poder de fazer com que os leitores tenham uma visão ampla de mundo, da diversidade de temas abordados, por meio da leitura reflexiva, levando-os a enxergar outro mundo (RODRIGUES; GOMES, 2018, p. 119). Sendo assim, os paradidáticos podem ser utilizados como uma ferramenta didática capaz de viabilizar o entendimento do aluno referente aos conceitos apresentados de maneira lúdica e por meio de uma linguagem mais simples, bem como oferecer ao estudante a possibilidade de interagir reflexiva e criticamente com o seu meio social, desenvolvendo e vivenciando a sua cidadania.

Com a expansão da escolarização e o crescimento do mercado editorial, Campello e Silva (2018, p. 69) observam que "o paradidático surgiu do interesse das editoras de incentivar a leitura para alavancar seus lucros diante da consequência da ampliação do mercado livreiro". Diante do exposto, Silva (2022, p. 3) ainda afirma que, mediante o interesse mercantilista das editoras, [...] "não houve uma preocupação em traçar uma estrutura comum que caracterizasse esse recurso didático, gerando uma heterogeneidade de livros com essa denominação".

Nesse contexto de interesses, Campello e Silva (2018, p. 69) dizem que

> Paralelamente, discussões sobre novas propostas pedagógicas estimulavam as escolas a introduzirem experiências de inovação didática. Para isso, havia necessidade de materiais diferentes, pois professores e pedagogos entendiam que os livros didáticos, muitas vezes produzidos no paradigma do exercício, pouco contribuíam para uma aprendizagem mais crítica e para ampliar e aprofundar conceitos.

A popularização e o estímulo aos paradidáticos ganham ênfase, porque:

> após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 a importância dos livros paradidáticos aumentou nas escolas, pois esta lei estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que orientam para a abordagem de temas transversais relacionados ao desenvolvimento da cidadania, abrindo espaço para o aumento da produção de paradidáticos, abordando temas como Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, Saúde e Sexualidade (PINTO, 2013, p.12).

Campello e Silva (2018, p. 70) atentam que as

> legislações específicas, como a Lei 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, e a Lei 11.645/2008, que instituiu a inclusão da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no

> currículo escolar, também alimentaram a demanda aos paradidáticos, levando à produção mais volumosa de materiais sobre os assuntos cobertos pelas referidas legislações.

A publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, não abrange explicitamente o termo paradidático, mas revela importância desse material ao tratar, em suas competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental, da utilização de "linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão" (BRASIL, 2017b).

O paradidático tem o potencial de estimular o prazer do estudante pelo ato da leitura. É uma excelente fonte de apropriação de conhecimentos para a formação cidadã do sujeito e sua completa realização social. Ademais, auxilia no processo de ensino-aprendizagem, funcionando como um material complementar. Além disso, "o livro paradidático proporciona, tanto para o professor quanto para o aluno, a possibilidade de imersão em um ambiente de leitura e interpretação de textos que estão de alguma forma ligados à realidade do leitor" (CAMPOS, 2021, p. 146).

Nesse sentido, os livros paradidáticos têm a característica de possibilitar uma reflexão mais profunda dos conteúdos, ou seja, uma leitura que proporciona uma vivência mais intensa, que se desenvolve com uma linguagem mais acessível e agradável ao estudante.

3. OS PARADIDÁTICOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

3.1 O ensino de Geografia na contemporaneidade

A ciência geográfica exerce um papel fundamental na formação do sujeito crítico, pois possibilita ampliar sua concepção em torno da realidade em que se vive, ajudando a compreender as dinâmicas nas relações das sociedades que são responsáveis pela constante formação e transformação do espaço geográfico.

Nesse sentido, segundo Landim Neto e Barbosa (2010, p. 161),

> o ensino de Geografia deve permitir aos educandos uma análise crítica da realidade, pois estes devem se colocar de forma propositiva diante dos problemas enfrentados na família, na comunidade, no trabalho, na escola e nas instituições das quais participam. Dessa forma, tem-se uma tomada de consciência sobre as responsabilidades, os direitos e os deveres sociais, com o intuito de efetivamente tornar o aluno agente de mudanças desejáveis para a sociedade.

Straforini (2004, p. 51) complementa afirmando que "para alguns autores o ensino de Geografia é fundamental para que as novas gerações possam acompanhar e compreender as transformações do mundo, dando à disciplina geográfica um status que antes não possuía". Nesse cenário contemporâneo, a escola, juntamente com a ciência geográfica, precisa dar conta de uma complexa sucessão de conhecimentos, além das mudanças contemporâneas nas relações homem-espaço, as quais demandam profissionais capacitados e engajados no efetivo processo de ensino e aprendizagem.

Para que isso ocorra, a Geografia escolar deve transcender o modelo tradicional de ensino, no qual a fragmentação do saber, o distanciamento da realidade cotidiana dos alunos e a aprendizagem mecânica propiciam o ainda presente entendimento de que a Geografia é uma disciplina mnemônica, cabendo-lhe apenas descrever os fenômenos presentes na superfície terrestre, e ao discente, a capacidade de memorizar para, posteriormente, reproduzir as informações armazenadas.

A Geografia escolar tem um papel desafiador por atuar na formação de sujeitos críticos, com o intuito de estabelecer relações de respeito e cooperação, vislumbrando relações adequadas com o espaço geográfico e com as diferentes culturas estabelecidas nele. Assim, segundo Copatti (2015, p. 5),

> pensar tais necessidades nos leva a refletir sobre o papel da Geografia no processo de compreensão das diversidades sociais, culturais, econômicas, políticas e naturais, exigindo constante reconstrução-readaptação dos profissionais dessa área, visto que a dinâmica social altera-se rápida e intensamente, requerendo a utilização de diferentes recursos educativos que deem conta da complexidade de temas que envolvem o ensino da Geografia Escolar.

Nesse sentido, a Geografia, enquanto disciplina escolar, tem uma significativa importância, pois contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Mais especificamente em relação ao Ensino Médio, a Geografia, inserida na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, orientada pelos princípios éticos, deverá contribuir para que os jovens cidadãos "[...] construam uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade" (BRASIL, 2017b, p. 472).

Sendo assim, diante das evoluções tecnológicas e de uma sociedade cada vez mais modernizada, as práticas pedagógicas tradicionais já não atendem aos anseios dos alunos do século XXI, tornando a sala de aula um ambiente entediante, havendo, portanto, a necessidade de utilização de novas metodologias de ensino que envolvam o aluno e seu cotidiano no assunto proposto em sala.

No entanto, para Menezes e Chiapetti (2015, p. 236),

> o ensino de Geografia, ainda fortemente influenciado pelas práticas tradicionalistas de base positivista, muitas vezes centradas apenas na memorização e descrição do espaço geográfico, acaba favorecendo a dicotomia homem x natureza; e diante de um espaço geográfico extremamente mutável, acaba não contribuindo de forma efetiva para a leitura e a interpretação dos fenômenos inerentes a este espaço, o que leva muitos educandos a não construírem afinidade com esta disciplina.

Nessa perspectiva, o professor de Geografia deverá, segundo Ferreira (2017, p. 115):

> Buscar metodologias capazes de promover a construção da criticidade no aluno. Assim, não deve se prender ao livro didático, material básico que precisa ser articulado com recursos variados. Logo, para alcançar os objetivos propostos, pode se utilizar de diferentes linguagens no ensino, como: música, poesia, histórias em quadrinhos, tirinhas, internet, televisão, filmes, vídeos, slides, entre outros.

Dessa forma, o docente poderá conseguir êxito no processo de ensino/aprendizagem mediante a articulação entre o conhecimento prévio do aluno e a construção de seus próprios conceitos, fomentando assim a formação dos conhecimentos científicos. Ou seja:

> Ensinar a geografia de maneira que os alunos possam sentir-se interessados pela disciplina é um desafio constante a todos os professores, é necessária uma busca e reflexão constantes por meios que favoreçam o processo de ensino--aprendizagem. Na busca por uma maneira de ensinar que possibilite aos alunos um aprendizado significativo da geografia, descobriu-se a importância do cotidiano de cada um para o entendimento e a significação dos conteúdos (MORAIS, 2011. p. 3).

Em vista disso, alguns recursos e estratégias didáticas, como a interdisciplinaridade, as metodologias ativas, as metodologias socioemocionais e o uso da literatura, têm sido utilizados pelos docentes, incluindo os de Geografia, com a finalidade de promover aulas mais significativas e tornar o processo de ensino-aprendizagem dinâmico, contribuindo para diminuir o desinteresse do aluno e, consequentemente, a evasão escolar.

Na visão de Mendes e Scabello (2015, p. 34), "o ensino de qualquer disciplina escolar (e isso inclui a Geografia) deve estar [...] associado à utilização de metodologias, ou seja, de caminhos que ajudem os estudantes a adquirir experiências e conhecimentos acerca do mundo em que vivem". Nesse sentido, o uso de linguagens como filmes, fotografia, charges, música e literatura poderá promover uma maior dinamicidade às aulas, ajudando no processo de ensino--aprendizagem, bem como na ampliação da participação dos alunos e, consequentemente, no interesse deles pela Geografia.

A utilização da linguagem literária na Geografia também viabiliza novas possibilidades de apresentar essa disciplina da educação básica e de atribuir maior significado social a ela, visando a uma aprendizagem ativa e significativa, pois, através das obras literárias, poder-se-á criar possibilidades de valorização dos saberes e das experiências que os alunos já trazem consigo para a sala de aula (MENDES; SCABELLO, 2015).

3.2 Uso da literatura no ensino de Geografia

O ensino de Geografia possibilita o diálogo com diversas disciplinas, promovendo o aprendizado e a aplicação de metodologias diferenciadas para a compreensão da dinâmica da formação do espaço geográfico. A compreensão do espaço pode se dar por atividades relacionadas a artes, à música, à literatura, à história, às ciências, entre outras disciplinas. A integração e a interdisciplinaridade é uma ferramenta importante para que o processo de ensino--aprendizagem se torne cada vez mais satisfatório e atrativo para os alunos.

Para Japiassu (1976, p. 35),

> a interdisciplinaridade está relacionada à intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de diálogo permanente entre as disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa. Em suma, é compreender, entender as partes de ligação entre as diferentes áreas de conhecimento, unindo-se para transpor algo inovador, abrir novas percepções de mundo, de sabedorias, resgatando possibilidades, ultrapassando o pensar fragmentado.

Mas especificamente em relação à Geografia, Saltoris e Cardoso (2016, p. 3) afirmam que

> a interdisciplinaridade na geografia é algo que deveria ser completamente natural, já que é uma disciplina que para ser compreendida precisa dialogar com outras áreas do conhecimento. Não é possível compreender um espaço sem analisar a dinâmica climática, populacional, econômica, geológica, geomorfológica, política, histórica.

Sendo assim, um dos grandes desafios do professor de Geografia da atualidade é, sem dúvidas, superar o modelo tradicional de ensino, no qual a fragmentação do conhecimento, o distanciamento da realidade cotidiana dos alunos e a aprendizagem mnemônica geram no aluno um enorme desinteresse pela Geografia escolar.

Nesse sentido, o uso da interdisciplinaridade, tendo a literatura como apoio nas aulas de Geografia, é uma grande aliada na busca da superação do modelo tradicional de ensino, bem como propicia possibilidades de tornar as aulas mais atrativas para os alunos.

Segundo Pontuschka (2009, p. 25), “a interdisciplinaridade, tendo muitas vezes a literatura como foco, cria oportunidades objetivas de trabalho que merecem ser mais bem exploradas na educação”, pois a linguagem literária contribui dinamicamente para a

aproximação efetiva dos alunos com a totalidade espacial a partir de ideias mais criativas e muito mais próximas do cotidiano destes. Para Rodrigues (2019, p 1018),

> a literatura auxilia os geógrafos, uma vez que apresenta um cenário repleto de descrições sobre o lugar que podem ser explorados pela geografia. Cenário repleto de imaginação, arte, modos de vida e personalidade dos personagens e que não estão fora de um contexto econômico e político maior, que imprime também suas características nos sujeitos e no espaço em que as narrativas são elaboradas.

O uso da literatura nas aulas de Geografia possibilita aos alunos a percepção de que os conhecimentos geográficos não se restringem aos conteúdos conceituais ensinados em sala de aula através dos livros didáticos, o que propicia melhor compreensão do saber geográfico escolar, tornando-o, assim, vivo, interessante e motivador.

De acordo com Cavalcante e Nascimento (2009, p. 65): "O texto literário deve ser utilizado como mais um elemento propiciador para o ensino de geografia, além do que, o aluno que adquire o gosto pela leitura estará melhor preparado para enfrentar o processo de ensino". Nessa perspectiva, Coelho (2016) afirma que a utilização de obras literárias no ensino de Geografia se constitui uma proposta enriquecedora e renovadora, já que ajuda a ultrapassar as barreiras do ensino tradicional através da valorização da realidade vivida pelo aluno.

A literatura, por relatar vários aspectos da vida do homem, incluindo seu meio natural, torna-se uma importante aliada na compreensão da relação do homem com a natureza, como também uma facilitadora da compreensão dos principais conceitos da Geografia. Além disso, contribui dinamicamente para a aproximação dos alunos com a totalidade espacial a partir de ideias mais criativas e muito mais próximas do cotidiano destes. Nessa perspectiva, segundo Silva e Barbosa (2014, p. 80),

> o Ensino de Geografia pela literatura promove a ampliação das concepções conceituais e categóricas para os estudantes ao mesmo tempo em que estimula nova linguagem e, portanto, promove o desenvolvimento da capacidade crítica nos alunos [...] as relações filosófico-geográficas e didático-pedagógicas pela literatura promovem a ampliação da interpretação do que seja o mundo e como o mesmo é organizado, essa verificação crítica será direcionada pelas experiências dos estudantes pela leitura imbricada à sua própria cotidianidade.

Silva e Barbosa (2014, p. 81) ainda complementam, afirmando que

> a relação Literatura, Geografia e Ensino precisa ser processada para além da dogmatização das categorias geográficas procuradas nos livros de literatura, ou seja, alguns ainda consideram a relação comprometida pela necessidade em encontrar nos livros alguma parte do mesmo que relate as categorias geográficas, como se a relação Literatura e Geografia fosse apenas compreendida por essa procura. Neste sentido, avançamos em oposição a essa visão positivista, pois entendemos que a obra literária em si é resultado de processos geográficos, históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, isto é, não podemos ao ler uma obra buscar isoladamente as categorias geográficas como se as mesmas não se comunicassem com o mundo.

Assim, o uso da literatura nas aulas de Geografia contribui para uma construção mais sistêmica de conhecimentos, já que, através das obras literárias, os alunos poderão compreender, analisar e refletir por ângulos distintos "[...] o espaço geográfico enquanto espaço da ação humana em interação com a natureza [...]" (MENDES; SCABELLO, 2015, p. 40). A relação Geografia e literatura também estimula o hábito da leitura, prática essa essencial para o desenvolvimento da escrita e para a ampliação dos conhecimentos, sendo a literatura um importante instrumento de transformação intelectual, já que

> as obras literárias possibilitam um vasto conhecimento ao leitor, sendo uma leitura que, além de prazerosa, tem maior facilidade em despertar a curiosidade dos alunos, pois trata-se de narrativas com enredos que muitas vezes possibilitam ao leitor o conhecimento do que até então era desconhecido (COELHO, 2016, p. 2).

Nesse contexto, as obras literárias trazem grande riqueza de informações possíveis de serem abordadas na disciplina de Geografia. Através da leitura e da interpretação, as obras literárias podem tornar-se objeto de investigação da realidade passada ou presente, auxiliando na compreensão de categorias geográficas, como lugar e paisagem, além de apresentar experiências humanas, descrições de modo de vida e de aspectos físicos de determinados lugares que auxiliam no entendimento dos conhecimentos geográficos, tornando as aulas mais atrativas e dinamizando o processo de ensino-aprendizagem.

3.3 O paradidático como instrumento facilitador no ensino de Geografia

O uso dos recursos paradidáticos nas aulas de Geografia pode contribuir para substituição de práticas docentes de enfoque tradicional e conteudista por outras habilidades que priorizem um ensino mais contextualizado, lúdico e com maior capacidade de elevar o pensamento crítico e criativo dos discentes. Nesse sentido, na

perspectiva de Bittencourt (2008, p. 299), “a escolha (e a utilização) dos materiais didáticos pelos professores é uma questão política, pois envolve diretamente o comprometimento com a formação dos alunos”. Bittencourt (2008, p. 299) ainda acrescenta que “a escolha dos materiais depende, portanto, de nossas concepções sobre o conhecimento, de como o aluno vai apreendê-lo e do tipo de formação que estamos oferecendo”.

Os materiais paradidáticos têm sido usado por parte dos professores como um recurso de apoio no processo de ensino-aprendizagem em diversas disciplinas. Com um desígnio diferente do livro didático, os paradidáticos aprofundam alguns conteúdos importantes para as disciplinas escolares, utilizando-se de uma linguagem mais atrativa para o aluno.

Assim, segundo Fernandes (2003, p. 151),

> o livro paradidático é muito utilizado como um complemento ao livro didático. Esta é, inclusive, uma orientação que os autores de livros didáticos fazem aos professores, para o aprofundamento de um determinado tema. Neste sentido, essa pode ser uma forma de uso possível. Mas é importante destacar que a escolha de um tema e o aprofundamento da questão devem ser uma opção do professor. Ele é quem deve escolher destacar o tema que deve ter um estudo mais apurado. O ponto de partida para se optar pelo destaque de um determinado tema é o planejamento da disciplina.

Para Zamboni (1991, p. 2), os paradidáticos, na forma de uma “nova cultura livresca”, teriam surgido com a “[...] finalidade de complementar o livro didático, subsidiar o trabalho docente e oferecer ao professor e aos alunos novas abordagens a respeito dos temas estudados e/ou propor outros”. Nessa abordagem, o paradidático deve sem dúvida “utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico [...]. São adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos” (MATEUS, 2018, p. l58).

O uso dos paradidáticos no ensino de Geografia se mostra necessário, principalmente na atualidade, onde as novas tecnologias de informação e comunicação se transformaram em grandes fontes de informação e conhecimento e que o professor deixou de ser a única fonte de saber. A utilização dos paradidáticos pode contribuir para aguçar o senso crítico dos alunos, incentivar o gosto pela leitura e servir como uma ferramenta para trabalhar com os conteúdos da Geografia em sala de aula de uma maneira mais interessante.

Cavalcanti (2002) relata sobre a importância de trabalhar as diferentes formas de linguagem no ensino de Geografia, desde a linguagem verbal ao uso de figuras ilustrativas e outros materiais paradidáticos, podendo estabelecer a relação dos conteúdos geográficos com o dia a dia dos alunos, transformando, assim, as aulas de Geografia em um rico momento de aprendizagem e reflexão crítica da realidade, onde estabelecemos relações.

Ainda na análise de Cavalcanti (2002, p. 87), o uso de materiais paradidáticos nas aulas de Geografia possui

> [...] potencialidade para levar o aluno a perceber, por exemplo, a geografia no cotidiano, para fazer a ponte entre seu conhecimento cotidiano e o científico, para problematizar o conteúdo escolar a partir de outras linguagens e de outras formas de expressão

Nesse sentido, Almeida e Calazans (2019, p. 5) analisam que

> [...] Quando se trata da Geografia enquanto disciplina escolar, os paradidáticos também se fazem presentes, sendo um instrumento que contribui no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, já que, através dos materiais paradidáticos, o professor tem a oportunidade de favorecer, por exemplo, o entendimento das diferentes paisagens, regiões e aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais em diferentes realidades temporais de uma forma mais dinâmica.

Almeida e Calazans (2019, p. 5) ainda acrescentam que os "paradidáticos são importantes para ajudar os professores a dinamizarem suas aulas e para complementar possíveis insuficiências dos livros didáticos, contribuindo no processo de ampliação e contextualização dos conhecimentos e, consequentemente, no processo de letramento científico". O uso desses recursos possibilita aos alunos perceberem as transformações do espaço onde eles vivem, tornando os conteúdos de Geografia mais próximos de sua realidade.

Os paradidáticos têm o intuito de ensinar de forma lúdica, apoiados em textos que envolvam temas diversos a serem explorados, possibilitando a relação com outras áreas de conhecimento. Assim, o uso dos recursos paradidáticos nas aulas de Geografia contribui para uma construção mais sistêmica de conhecimentos, já que, através do uso de recursos mais atrativos, os alunos poderão compreender, analisar e refletir por ângulos distintos "[...] o espaço geográfico enquanto espaço da ação humana em interação com a natureza [...]" (MENDES; SCABELLO, 2015, p. 40).

Apesar das potencialidades do uso dos paradidáticos no ensino da Geografia na educação básica, “cabe destacar que os livros paradidáticos são materiais que praticamente não são utilizados pelos docentes de Geografia. Embora saibam da existência deles no contexto escolar e de suas possibilidades de uso, ainda não conseguem inseri-los no ambiente de sala de aula” (SILVA, 2017, p. 8).

Diante da importância e da potencialidade do uso de obras literárias no ensino da Geografia na educação básica, foi realizada uma pesquisa nas escolas estaduais da 1ª Gerência Regional de Educação (GERE) da rede estadual de ensino do estado de Alagoas, sendo os resultados apresentados no Capítulo 4 do presente trabalho.

4. O USO DOS PARADIDÁTICOS PELOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA DAS ESCOLAS DA 1ª GERE DE ALAGOAS

4.1 Metodologia

A presente pesquisa se deu no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC CNPq/UFAL/FAPEAL), com o estudo intitulado "O Ensino de Geografia e Literatura: o PNLD Literário nas escolas públicas estaduais de Maceió", orientado pela professora dra. Jacqueline Praxedes de Almeida. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica preliminar para buscar os principais trabalhos publicados sobre o tema desse projeto de investigação. Também foi feita uma análise documental como forma de complementar as informações obtidas através de outras fontes, tai como: Relatório do PISA 2018, Relatório de Escolas Participantes da Escolha de Livros e o Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2018.

Após todo levantamento teórico, como primeira ação, foi feita a seleção das escolas estaduais da 1ª GERE a serem pesquisadas, sendo selecionadas 13 escolas em um total de 53. Os critérios utilizados para a seleção dessas escolas foram: 1) escolher as principais escolas estaduais de cada bairro que ofertassem o Ensino Médio e que estejam situadas nas áreas de atuação da 1ª Gerência Regional de Ensino (GERE); 2) que fossem localizadas na cidade de Maceió.

A próxima etapa foi realizar o agendamento das visitas às escolas. Das 13 instituições selecionadas, foram visitadas seis, como demonstra o Quadro 1, a seguir:

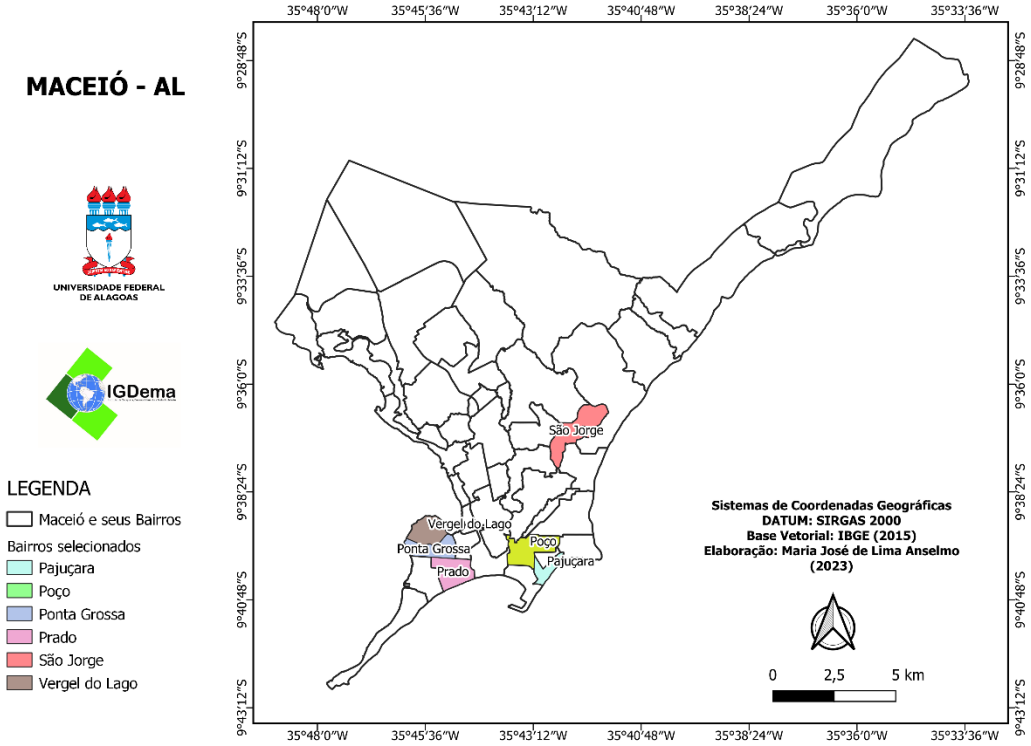
Quadro 1 – Escolas e seus respectivos bairros

ESCOLAS	BAIRROS
E. E. Profa. Aurelina Palmeira de Melo	Vergel do Lago
E. E. Dr. José Maria Correia das Neves	Prado
E. E. Dr. Fernandes Lima	São Jorge
E. E. Dr. Rodriguez de Melo	Ponta Grossa
E. E. Professor Benedito Moraes	Pajuçara
E. E. Campos Teixeira	Poço

Fonte: Acervo da pesquisa (2020)

Como apresentado no Quadro 1, foram abrangidos seis bairros através da investigação realizada nas escolas, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Bairros das escolas pesquisadas



Fonte: Acervo da pesquisa (2020).

A princípio, o agendamento das visitas de cinco das seis escolas visitadas foi realizado presencialmente, por motivos de cortes nos telefones das escolas (relato dos diretores das instituições de ensino). Posteriormente, já com os aparelhos funcionando, foi possível a realização do agendamento por telefone.

O não funcionamento dos telefones das escolas dificultou a agilidade da pesquisa, e, posteriormente, a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) do estado de pandemia pela covid-19 gerou a suspensão pelo governo do Estado das atividades escolares, impossibilitando a continuidade do agendamento das visitas às demais instituições. A suspensão do calendário acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também impossibilitou a ida às escolas e a continuidade da pesquisa nas demais unidades de ensino selecionadas.

O instrumento escolhido para a recolha de dados foi o questionário, que, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo

por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.".

O questionário elaborado contém em sua estrutura 23 questões, sendo 14 do tipo objetivas (fechadas ou dicotômicas), duas subjetivas (abertas) e sete de múltipla escolha. As perguntas contidas no questionário, voltado para os professores de Geografia da rede pública estadual de Maceió, objetivaram saber: 1. o perfil dos docentes pesquisados no que se refere ao tempo de atuação na docência e ao vínculo trabalhista de cada professor (questões 1 e 2); 2. a ação docente e a visão dos professores no que se refere à prática da leitura (questões 3, 4 e 8); 3. se os docentes conheciam a estrutura da biblioteca/sala de leitura presente na escola na qual atuavam no momento da pesquisa (questões 5, 6 e 7); 4. se utilizavam a literatura como recurso didático nas aulas de Geografia (questões de 9, 10 e 11); 5. se os professores tinham conhecimento sobre o PNLD Literário e a participação deste na escolha dos livros (questões 12, 13, 14, 15 e 16), e por último, 6. se os docentes tiveram preparação, na formação inicial, para utilizar a literatura nas aulas de Geografia e se faziam uso das obras literárias nas aulas (questões de 17 a 23).

Dessa forma, os questionários foram aplicados com sete professores de Geografia de um universo de oito docentes, de um total de oito das seis escolas selecionadas. Depois de aplicados, os questionários foram levados para o Laboratório de Ensino de Geografia (LEG) para a tabulação e análise dos dados.

Essa análise, e debate, resultou na produção de dois artigos, o primeiro, intitulado "O uso da Literatura nas aulas de Geografia nas escolas públicas de Maceió", apresentado oralmente no III Encontro Regional de Licenciaturas (ERELIC) e publicado como capítulo no livro intitulado *Espaços – tempos da formação docente no Brasil: cenário, reflexões e perspectivas*; o segundo, intitulado "Panorama das bibliotecas escolares/salas de leitura nas escolas da 1ª Gere da capital alagoana", foi publicado na revista Diversitas Journal.

4.2 Resultados e Discussões

4.2.1 O perfil dos professores pesquisados

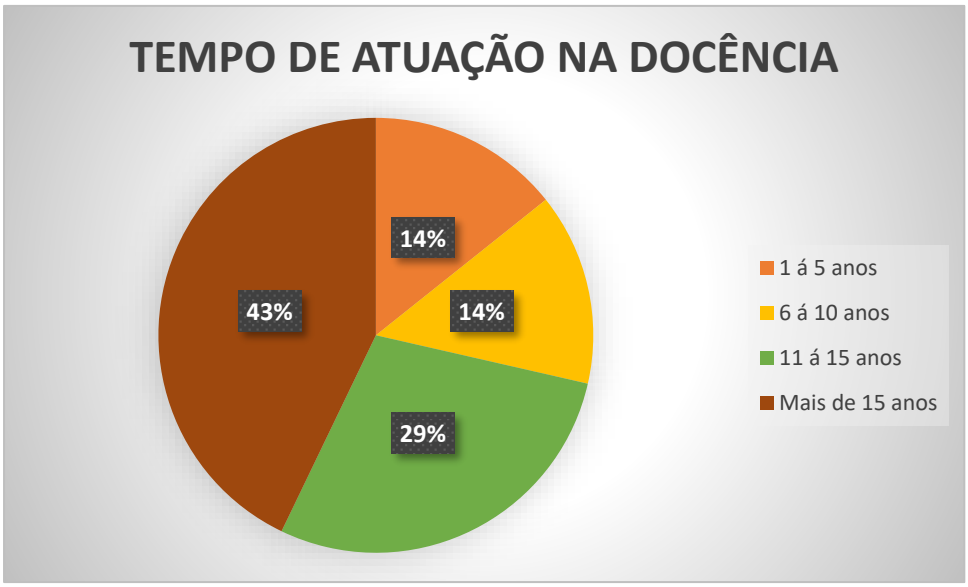
Nas seis escolas pesquisadas, constituía-se um total de oito professores de Geografia. Desses professores, sete participaram da pesquisa e responderam ao questionário. No que se refere aos resultados obtidos com os professores, faz-se

necessário apresentar os questionamentos feitos e destacar aqueles que são importantes para analisar o perfil dos docentes pesquisados.

Sendo assim, a primeira pergunta feita aos professores de Geografia nesse sentido foi sobre há quanto tempo eles atuavam na docência. Dos professores pesquisados, três docentes (43%) informaram que trabalham há mais de 15 anos; dois (29%) responderam que atuam na profissão entre 11 e 15 anos; um (14%) alegou que atua entre seis e 10 anos; e, por fim, um (14%) afirmou que trabalha na educação entre um e cinco anos.

Ao analisar o Gráfico 1, que mostra o tempo de atuação na docência dos professores entrevistados, pode-se perceber que a maioria (86%) tem mais de cinco anos de atuação, o que demonstra uma certa experiência em sala de aula.

Gráfico 1 — Tempo de atuação na docência



Fonte: Acervo da pesquisa (2020).

A segunda pergunta tinha o objetivo de saber qual era o vínculo trabalhista dos docentes inquiridos, e o resultado obtido foi de que cinco (71%) educadores informaram ter vínculo efetivo e dois (29%) eram temporários. Entre os professores efetivos da rede estadual de ensino, estão os que prestam concurso público para provimento de cargo de docente, pertencentes ao corpo de servidores estaduais, gozando de estabilidade e demais direitos regidos por legislação do Governo do Estado. Entre os professores “temporários”, estão aqueles que passaram por processo seletivo simplificado, com contrato por período máximo de dois anos, regido conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas.

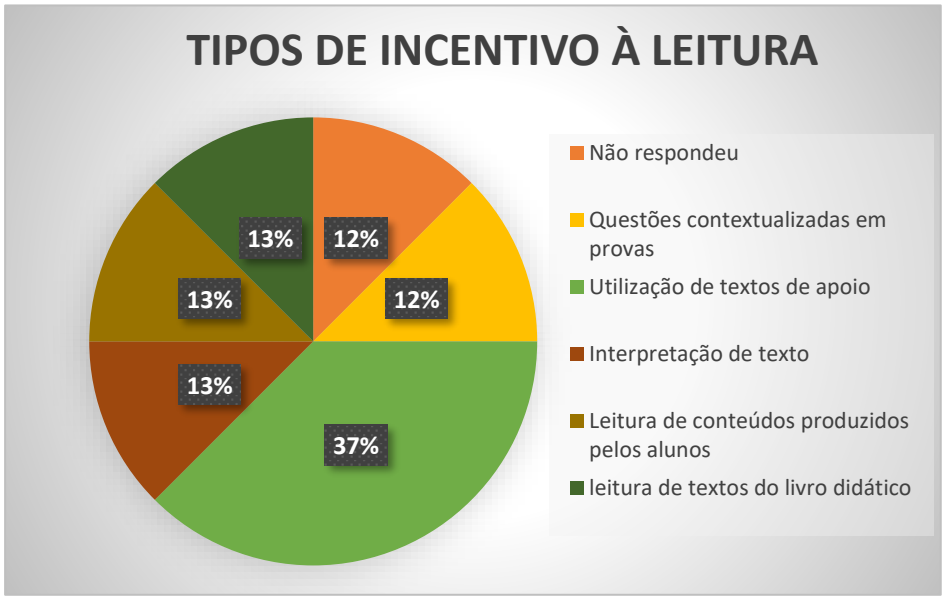
4.2.2 A ação docente e a visão dos professores no que se refere à prática da leitura

Inicialmente deve-se saber que, de acordo com Adam e Starr (*apud* COLOMER; CAMPOS, 2002, p. 29), "[...] leitura é a capacidade de entender um texto escrito". Nesse sentido, Forteski, Oliveira e Valério (2013 p. 121) dizem que

> Disponibilizar diferentes gêneros textuais é importante para que o aluno produza novas ideias e que possa interpretá-las. Desta maneira, todas as disciplinas têm o compromisso de ensinar a utilizar textos de que fazem uso e o professor é o grande incentivador da leitura e selecionador dos textos que utiliza.

Diante da compreensão sobre a importância do papel do professor na formação de um sujeito leitor, a terceira pergunta feita aos professores foi se eles realizam algum tipo de incentivo à leitura durante as aulas de Geografia. Como resposta, todos os inquiridos disseram que sim. Quando perguntados de que forma se realizava esse incentivo à leitura, a maioria dos professores disse realizar através da utilização de textos de apoio, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tipos de incentivo à leitura



Fonte: Acervo da pesquisa (2020).

Diante das respostas obtidas, vale frisar que ajudar na criação do hábito da leitura vai além de indicar leituras ou "[...] propiciar acesso aos livros. Trata-se, antes, de dialogar com o leitor sobre a sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá, [...] a algo

escrito, [...] (MARTINS, 1984, p. 34). Assim, não bastam apenas a utilização de textos de apoio e a leitura do livro didático ou de questões contextualizadas em provas para promover o incentivo à leitura.

Na quarta pergunta, os professores foram questionados sobre como eles classificam o interesse dos alunos da escola pela leitura. Para esse questionamento, três (43%) alegaram que era baixo; três (43%) afirmaram que era regular, e o restante (14%) optou em não responder.

Foi perguntado aos docentes, na quinta questão, se na escola que atuavam existia biblioteca ou sala de leitura. Todos os professores responderam que sim.

Nesse sentido, também foi perguntado, na sexta questão, como eles classificavam a estrutura física desse espaço. Como resultado, cinco (72%) deles alegaram que era boa; um (14%) avaliou como sendo péssima; e um (14%) como sendo ruim. Vale salientar que em todas as escolas pesquisadas detectou-se a existência de biblioteca ou sala de leitura.

A sétima pergunta feita para os docentes diz respeito à disponibilidade de uso da biblioteca ou da sala de leitura pela comunidade escolar. Para esse questionamento, cinco (71%) docentes responderam que está sempre disponível, e dois (21%) afirmaram que não.

Na oitava questão, foi perguntado aos docentes se eles levavam os alunos à biblioteca/sala de leitura. Cinco (71%) dos professores responderam que não, e apenas dois (29%) responderam que levavam seus alunos. Os que levavam os alunos justificaram a ação afirmando: “Atividades de pesquisa” (P7) e “A pesquisa é essencial” (P5).

Os resultados demonstraram que a maioria dos professores não levam seus alunos para a biblioteca/sala de leitura existente nas escolas, o que é um ponto preocupante, já que, para Almeida (2020, p. 1234),

> estimular o hábito da leitura é uma responsabilidade de todos os profissionais da educação, sendo as Bibliotecas Escolares/Salas de Leitura essenciais para a efetivação dessa ação. Esses ambientes possuem um papel que vai além do emprestar e cobrar livros, pois devem estimular, coordenar e organizar, através de seus profissionais, ações educativas, recreativas e socializadoras, bem como voltadas à pesquisa.

Os que não levavam seus alunos para a biblioteca/sala de leitura justificaram a ausência dessa atividade da seguinte forma: “Por conta do espaço físico, prefiro levar as literaturas p/sala de aula” (P1); “Como faz pouco tempo que comecei a lecionar nesta

escola, ainda não tive oportunidades, mas pretendo levá-los" (P4); "Por conta de o tempo ser curto" (P6).

Ao analisar as justificativas, percebe-se que os docentes que não levam os alunos para a biblioteca/sala de leitura são aqueles que encontram dificuldades com a estrutura física das bibliotecas.

Na nona pergunta, os professores foram questionados se realizam ou realizaram projetos de incentivo à leitura. Para esse questionamento, os docentes justificaram afirmando que desenvolvem projetos de leitura juntamente com a escola, mas não disseram qual tinha sido esse projeto e como se deu sua realização, bem como reafirmaram a utilização de textos de apoio.

Na décima questão, foi perguntado aos professores se a literatura poderia ajudar no ensino da Geografia. Para essa pergunta, todos os professores disseram que sim.

Sendo assim, na décima primeira questão, os professores foram perguntados se utilizam ou utilizaram obras literárias como recurso de ensino nas aulas de Geografia. Como resposta, quatro (57%) professores afirmaram que sim, e três (43%) disseram que não. Dos professores que afirmaram utilizar obras literárias em suas aulas, quatro (52%) preferiram não responder de que maneira eles se utilizam dessa ferramenta didática, um (16%) disse utilizar clássicos da literatura nacional, um (16%) afirmou fazer uso de atlas e um (16%) respondeu que utilizava textos de apoio.

Mesmo com todos os professores pesquisados afirmando que a literatura pode contribuir para o ensino de Geografia (décima questão), é possível perceber que nenhum deles faz uso efetivo dessa ferramenta metodológica de ensino. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que

> o ensino de Geografia pela literatura promove a ampliação das concepções conceituais e categóricas para os estudantes ao mesmo tempo em que estimula nova linguagem e, portanto, promove o desenvolvimento da capacidade crítica nos alunos para além do dogmatismo e da hierarquização de valores e conhecimentos orientados pelas metodologias positivistas [...] as relações filosófico-geográficas e didático-pedagógicas pela literatura promovem a ampliação da interpretação do que seja o mundo e como o mesmo é organizado, essa verificação crítica será direcionada pelas experiências dos estudantes pela leitura imbricada à sua própria cotidianidade (SILVA; BARBOSA, 2014, p. 80).

Diante da importância do uso de obras literárias como recurso didático, os programas relacionados ao acesso aos livros pelos alunos das escolas públicas se fazem

prementes, estando entre eles o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD Literário). O primeiro PNLD Literário foi em 2018, estando ele voltado para a distribuição de obras literárias para a educação básica, com exceção, nesse primeiro momento, do Ensino Fundamental anos finais. No caso do Ensino Médio, o programa disponibilizou 50 títulos para compor o acervo das bibliotecas/salas de leitura das escolas, sendo que, destes, dois títulos deveriam ser escolhidos pelos docentes para que viesse o quantitativo de volumes para ser distribuído com todos os alunos da escola. Vale ressaltar que, seguindo o Guia Digital do PNLD 2018 Literário, as escolas deveriam garantir que todo o corpo docente participasse do processo de escolha, de modo democrático e transparente, não sendo uma tarefa apenas para os professores de Língua Portuguesa, mas através de reuniões que promovessem o diálogo fossem escolhidas obras que possibilitassem uma ação interdisciplinar.

É nesse sentido que o PNLD Literário se insere como uma política muito relevante nesse processo de integração entre os conteúdos da disciplina e a utilização das obras literárias em sala de aula como recurso de ensino. Sendo assim, compreendendo a importância do programa citado para a educação, foi perguntado aos professores de Geografia das escolas pesquisadas, na décima segunda questão, se eles foram informados sobre o PNLD Literário. Para essa pergunta, quatro (57%) professores disseram que não tinham sido informados, e três (43%) disseram ter recebido essa informação.

Explicita-se que a questão décima terceira até a décima sexta do questionário estavam voltadas apenas aos professores que tinham sido informados sobre o PNLD Literário. Sendo assim, a décima terceira pergunta do questionário teve por finalidade saber como eles obtiveram as informações sobre o programa. O resultado obtido para esse questionamento foi que quatro (50%) disseram que a direção da escola foi a responsável pela informação; um (25%) recebeu a informação através de livros; e o outro (25%) obteve a informação nas escolas particulares nas quais atuava.

A décima quarta questão teve o objetivo de saber se os professores tinham participado da escolha das obras do PNLD Literário. Para esse questionamento, dois (50%) afirmaram que participaram da escolha das obras; os outros dois (50%) professores responderam que não.

Para os que participaram da escolha, na décima quinta questão, foi perguntado quais fatores eles levaram em consideração para a escolha das obras. Para essa questão, obteve-se como repostas: “Conteúdos mais claros, quantidade de atividades” (P6); “Contextualização dos conteúdos” (P1). Vale ressaltar que, diante das repostas obtidas,

os professores demonstraram pouca familiaridade com a escolha das obras literárias, já que “Conteúdos mais claros, quantidade de atividades” não são propriamente critérios de escolha de obras literárias, mas de livros didáticos.

Na décima quinta pergunta, foi indagado se os professores achavam importante a sua participação na escolha das obras; todos responderam que sim. Apesar de acharem importante colaborar com a escolha dos livros, foi detectado que apenas uma parcela dos professores entrevistados teve informação e participação no que se refere ao PNLD Literário e na escolha das obras, evidenciando-se assim uma carência na participação dos docentes de Geografia no processo de escolha das obras literárias que chegariam nas escolas públicas estaduais de Maceió.

Na décima sexta questão, perguntamos aos professores se eles acham importante a participação dos professores de Geografia na escolha das obras literárias. Para esse questionamento, todos os professores disseram que sim. Como justificativa para essa afirmação, um (25%) afirmou que “contribui com as práticas pedagógicas no âmbito escolar”, e três (75%) dos docentes não justificaram a reposta dada.

A ausência do uso de obras literárias no ensino de Geografia e a dificuldade de se trabalhar os conteúdos geográficos de maneira interdisciplinar em sala de aula podem estar associadas a uma formação inicial incipiente, como também à falta de uma política de formação continuada eficiente. Partindo do pressuposto de que o desempenho profissional está diretamente associado à formação inicial dos docentes, Santos e Sousa (2020, p. 56) afirmam que

> a formação inicial com qualidade pode fomentar o profissional com viés de pesquisador, na qual o estudo é prática recorrente no exercício da docência e estreitar a identificação com a carreira, desenvolvendo assim potencialidades e habilidades que se manifestam na prática pedagógica em sala de aula.

Portanto, uma formação inicial de excelência alicerça teórica e metodologicamente a trajetória do professor. Para isso a instituição de nível superior precisa oferecer meios para a construção de conhecimentos que estejam alinhados com as premências de substituir os métodos tradicionais, que já não suprem as necessidades dos alunos do século XXI.

Nesse sentido, segundo Cunha (2010, p. 149):

> são necessárias mudanças que promovam a ampliação e o aprofundamento nos campos da ciência, da arte e da técnica, sem desconhecer que é fundamental tratar, também, dos aspectos epistemo-metodológicos que envolvem as relações entre prática e teoria, a introdução de perspectivas interdisciplinares, a promoção do pensamento crítico, a criatividade, a capacidade de resolver problemas, de unir ensino e pesquisa como indicadores de melhoria da qualidade do ensino superior.

Nesse sentido, Silva e Barbosa (2019, p. 147) enfatizam que

> a universidade precisa tomar a responsabilidade da continuidade na formação do educador de modo a propiciar elementos necessários para que os professores se libertem das "amarras" impostas pelas orientações políticas externas e, a partir de um trabalho coletivo, construam uma "proposta de formação continuada" consistente que atenda ao novo cenário de sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, na décima sétima questão, foi perguntado a todos os professores participantes pertencentes à amostra se na sua formação inicial foi apresentada a literatura como um recurso de ensino da Geografia. Para esse questionamento, cinco (71%) professores alegaram que sim, e dois (29%) responderam que não.

Buscando também conhecer sobre a formação continuada dos docentes, foi perguntado, na décima oitava questão, se a SEDUC já tinha disponibilizado algum curso de formação continuada voltado ao uso da literatura no ensino da Geografia. Para essa pergunta, quatro (57%) dos entrevistados alegaram que não.

Ainda relacionado à formação continuada, buscou-se saber, na décima nona questão, se os professores já tinham lido alguma obra acadêmica que abordasse o uso da literatura no ensino da Geografia, tendo cinco professores (71%) afirmado que sim.

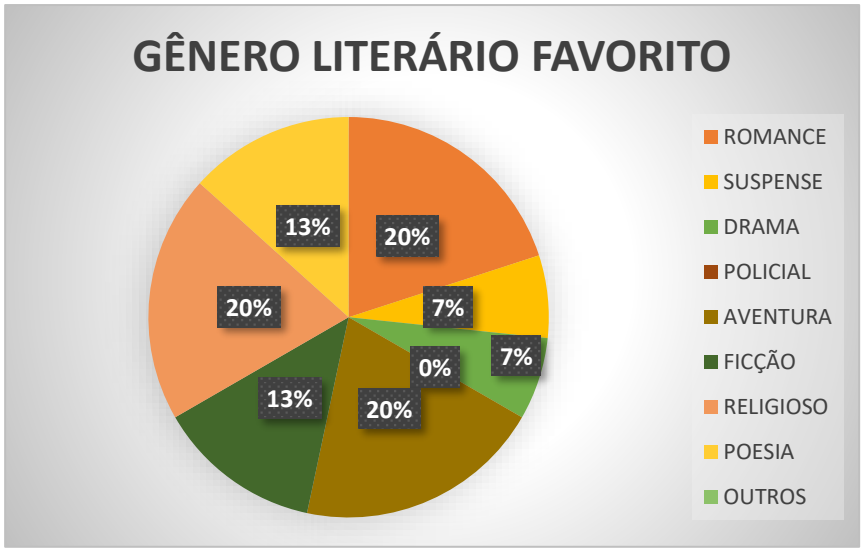
No que se refere ao hábito da leitura por parte dos docentes, foi perguntado, na vigésima questão, se eles tinham lido algum livro nos últimos 12 meses. Para esse questionamento, seis (86%) dos professores disseram ter realizado leituras de livros no período indicado.

Buscando quantificar a leitura dos professores pesquisados, foi perguntado na vigésima primeira questão quantos livros eles teriam lido nos últimos 12 meses. Para esse questionamento, três (43%) alegaram que leram de três a cinco obras; dois (29%) afirmaram que fizeram a leitura de um a dois livros; 1 (14%) afirmou que leu mais de cinco livros, e um (14%) optou por não responder.

Para conhecer o perfil de leitura dos professores, foi perguntado na vigésima segunda questão que nomeassem ao menos uma das obras lidas no intervalo de 12 meses. As obras citadas foram: *O que é cultura?*, *O negro em Alagoas* e *Caminhos da China* (P3), "C.S. Lewis" (P1), *Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil — Ab' Saber* (P5), *O extraordinário* (P6) e *A história da ditadura militar no Brasil* (P7).

Por fim, a vigésima terceira questão buscou saber a preferência dos docentes pelos gêneros literários: o romance, a aventura e o gênero religioso tiveram o favoritismo dos docentes, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 — Gêneros literários que os professores mais gostam



Fonte: Acervo da pesquisa (2020).

As obras literárias apresentam um grande potencial no processo de ensino-aprendizagem para os conteúdos de Geografia. Porém, esse recurso ainda é pouco divulgado e utilizado durante as aulas, causando hesitação entre os educadores quando se fala do seu uso em sala de aula. Percebe-se que o uso de livros paradidáticos no ensino de Geografia, nas escolas pesquisadas, ainda é incomum, podendo ser a insegurança em trabalhar com esse recurso didático ou ainda o desconhecimento metodológico as possíveis causas para o efetivo desenvolvimento dessa atividade nas aulas de Geografia.

CONCLUSÃO

Ensinar Geografia na educação básica na sociedade atual requer pensar em alternativas que possam promover um ensino mais significativo para o aluno, proporcionando aprendizagens que gerem sentido e reflitam em seu contexto de vida, contribuindo com a ampliação dos conhecimentos. Sendo assim, o presente trabalho ressalta que o uso da literatura como recurso educativo nas aulas de Geografia cria possibilidades para fugir de um ensino tradicional e abre oportunidades para um ensino que chame a atenção do aluno e possibilite que ele amplie seus conhecimentos e a compreensão da Geografia através das obras literárias.

Dessa forma, o resultado do estudo realizado neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) destaca que, apesar das várias possibilidades pedagógicas do uso da literatura para estudar aspectos da Geografia, nas escolas estaduais de Maceió escolhidas para a pesquisa, ainda é pequeno o uso dessa linguagem nas aulas de Geografia, principalmente porque ela é pouco compreendida pelos docentes. Os resultados demonstraram que, mesmo com a maioria tendo sido instruída sobre a possibilidade de se trabalhar a literatura nas aulas de Geografia na graduação e afirmar ter lido algumas obras acadêmicas que tratassem sobre o tema, a maioria não faz uso das obras literárias na sala de aula ou, quando o faz, é de forma equivocada.

Tal constatação reforça a necessidade de as universidades reestruturarem seus Projetos Pedagógicos, a fim de atender às lacunas do processo formativo inicial e de um trabalho conjunto entre a Secretaria de Educação no sentido de promover uma formação continuada que possa tornar o ensino mais significativo para os alunos.

Também foi possível averiguar que os docentes pesquisados ainda fazem confusão sobre o que é uma obra literária, bem como foi possível perceber que esses profissionais desconhecem o que seria de fato o incentivo ao hábito da leitura nos alunos. No que se refere ao PNLD Literário, foi possível analisar que a maior parte dos professores pesquisados não tinha sido informada sobre esse instrumento.

Sobre a participação do professor na escolha das obras literárias referentes ao PNLD Literário, foi possível analisar que nem todos participaram, apesar da importância da participação de todos os docentes, incluindo os de Geografia, no processo de escolha das obras literárias. Assim, pode-se concluir que, apesar das potencialidades da relação da Geografia escolar com a literatura, essa prática por parte dos professores de Geografia

pesquisados ainda é incipiente, situação essa que pode vir a dificultar a mediação dos conteúdos geográficos de forma crítica, reflexiva e significativa para os alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P.; SANTOS, A. R. M.; ANSELMO, M. J. L.; BOAS, J. P. V. Panorama das bibliotecas escolares/salas de leitura nas escolas da 1ª gere da capital alagoana. **DIVERSITAS JOURNAL**. Santana do Ipanema. vol. 5, n. 2, p.1234-1252, abr./jun. 2020.

ALMEIDA, J. P.; CALAZANS, D. R. O que Cinderela e a Bela e a Fera têm a ver com a Geografia? **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 9, p. 1–15, 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. *In*: Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937, Página 25586.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.006,** de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. *In*: Diário Oficial da União - Seção 1 - 05/01/1939, Página 277.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.460**, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. *In*: Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/12/1945, Página 19208.

BRASIL. **Decreto nº 58.653**, de 16 de junho de 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. *In*: Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/6/1966, Página 6603.

BRASIL. **Decreto-lei nº 68.728,** de 9 de junho de 1971. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. *In*: Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/6/1971, Página 4458.

BRASIL. **Decreto-lei nº 91.542,** de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. *In*: Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/8/1985, Página 12178.

BRASIL. [1988] **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. fundo nacional de desenvolvimento da educação – FNDE. **Resolução/CD/FNDE nº 38**, de 15 de outubro de 2003. PNLEM. *In* Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/10/2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, Brasília, 2017a.

BRASIL. **Decreto no 9.099**, de 18 de julho de 2017b. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 19 de jul. de 2017.

BRASIL. Edital de convocação 01/2018 – CGPLI. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas e literárias para o programa nacional do livro e do material didático.** PNLD 2020. Diário Oficial da União: 3, Brasília, DF, no 60, p. 31, 28 de mar. de 2018.

BERENBLUM, Andréa. **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BOMENY, H.M.B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p.66-137.

BRAGANÇA, Aníbal. **As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)**. MATRIZes, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232. Acesso em: 10 jul. 2021.

BUZINARO, C. O papel da Revista do Livro no sistema político e social brasileiro. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessituras, Interações, Convergências, 2008, AssisSP. **Anais[...]**. São Paulo-SP: ABRALIC, 2008. p.1-4.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes**. Revista História Hoje**, Passo Fundo, v. 7, nº 14, p. 21-40, 2018.

CAMPOS, Celso Ribeiro. Livro paradidático: um estudo voltado para o ensino/aprendizagem de Estatística na escola básica. **Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v.23, n.4, pp. 140-170, 2021.

CAMPELLO, B. S.; SILVA, E. V. da. Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 64-80, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, M. I; NASCIMENTO, L. A. do. Literatura e Geografia: uma abordagem do espaço em "A mulher que comeu o amante". **Espaço em Revista**. Catalão, v. 11, n.1, p. 65-74, jan/jun 2009.

COELHO, Maria Rosana. et al. literatura e geografia: um elo possível. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3. 2016, Rio Grande do Norte. **Anais** [...]. Rio Grande do Norte: UEPB, 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=3387. Acesso em: 10 Set. 2022.

COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

COPATTI, Carina. O ensino da geografia na contemporaneidade e a prática docente para o despertar da criatividade. In: VI Congresso Internacional de Educação: Educação humanizadora e os desafios éticos na sociedade pós-moderna, 2015, Santa Maria/RS. **Anais[...]**. Santa Maria R/S: FAPAS, 2015 p. 1- 13.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O Golpe na educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CUNHA, M. I. **Lugares de formação: tensões entre a academia e o trabalho docente**. In: DALBEN, A.; LEAL, L.; SANTOS, L (Orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores, trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 129-149.

DAHER, D. C.; FREITAS, L. M. A; SANT'ANNA, V. L. A. Breve trajetória do processo de avaliação do livro didático de língua estrangeira para a educação básica no âmbito do PNLD. **Eutomia**, Recife, v. 1, n. 11 p. 407-426, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O livro paradidático em sala de aula: do planejamento ao uso. In. CASTROGIOVANNI, Antonio C. (Org). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.151-154.

FERREIRA, Kalina Fernanda Cavalcanti. O uso de diferentes linguagens no ensino de geografia para estudo e compreensão do espaço geográfico e da globalização. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 14, p. 114-127, jan./jun. 2017.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945).** Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

FILGUEIRAS, J. M. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a colted e a fename. **História da Educação**, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 45, p. 85-102, Jan./abr., 2015.

FORTESKI, E.; OLIVEIRA, S. T. de; VALÉRIO, R. W. Prazer pela leitura: incentivo e o papel do professor. **Ágora: revista de divulgação científica**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 120–127, 2013.

FRANZON, Sadi. Os Acordos Mec-Usaid e a Reforma Universitária de 1968 -As Garras da Águia na Legislação de Ensino Brasileira. *In*: XII Congresso Nacional de Educação: Formação de professores, complexidade e trabalho docente, 2015, Curitiba – PR. **Anais[...].** Curitiba: EDUCERE, 2015. p. 40620-40632.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIORGI, Di C. A. G. *et al*. Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 1027-1056, out./dez. 2014

GOMES, Daniela C. L. Paradidático para quê? Repensando o uso desse material. **Revista eletrônica de ciências da educação**, Campo Largo, v. 8, n. 2, nov. 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** São Paulo: Imago, 1976.

JUNIOR, Jardel da Silva Oliveira. **A GEOGRAFIA ESCOLAR NA CONTEMPORANEIDADE: Uma análise a partir da perspectiva dos alunos do ensino médio da rede Estadual no Município de Nova Iguaçu – RJ**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LANDIM NETO, Francisco Otávio; BARBOSA, Maria Edivani Silva. Ensino de Geografia na Educação Básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na Geografia escolar. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 160-179, dez. 2010.

LAGUNA, Alzira Guiomar Jerez. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 2, p. 43-52.agost.2012. Disponível em: http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/81. Acesso em: 15 fev.2023

MACIEL, Giséle Neves. O programa nacional do livro didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de geografia. **Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, out. 2014.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio. **A balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático "A guerra da Balaiada".** Dissertação [Mestrado em História]. 196f. Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

MENDES, Marlene Pereira Barros da Silva; SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. As metodologias de ensino de geografia e os problemas de aprendizagem: a questão da apatia. **Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.** Teresina, v. 3, n. 2, p.33-58, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: https://www.educabrasil.com.br/download/. Acesso em 18 fev. 2022.

MENEZES, W. A.; CHIAPETTI, R. J. N. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE: o uso da literatura de cordel. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 235–257, 2016.

MORAIS, Lucas Oliveira. **O ensino da Geografia:** novos recursos velhos desafios. V colóquio internacional "Educação e contemporaneidade" São Cristovão-SE/ Brasil. 21 a 23 de setembro de 2011.

MOURA, Neide. Da educação do campo ao PNLD/CAMPO. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 33, p. 87-106, 23 maio 2019.

OLIVEIRA, A. F. T; Costa, P. A. A utilização de livros paradidáticos como recursos no ensino de geografia econômica. **Voos Revista Polidisciplinar**, Ponta Grossa, v.5. n.2, p. 4 – 14, dez. 2013.

OLIVEIRA, Luciano. O livro didático de língua portuguesa e seus usos a partir do processo de escolha**. Fac. Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 1, n.1, p. 31-46, 1. fev. 2017.

PEREIRA, A. C. C.; PEREIRA, D. E. Manuais escolares de matemática: uma visão panorâmica sobre sua história e políticas públicas. **Revista HISTEDBR On-line,** Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 214–229, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645234. Acesso em: 19 jul. 2021.

PINTO, A. G. **Uma proposta de livro paradidático como motivação para o ensino de matemática.** Orientador: Eulina Coutinho Silva do Nascimento. 2013. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PONTES, F. E. C.; PINTO, A. J. A. Programas de incentivo à leitura no brasil: uma análise do pnld literário 2020. **revista alere**. ano 13, vol. 21, n. 01, p. 251-269, 2020.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Aline de Lima. Geografia e literatura: experiência na formação de professores dos anos iniciais. In: **Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias,** 14, Campinas, 2019, p. 1016-1027.

RODRIGUES, I. de S.; GOMES G. K. O imaginário feminino na história edoisatuais paradidáticos para a juventude. **Rev. Memorare**, Tubarão, v.5, n.1, p. 117-135jan./abr. 2018.

RODRIGUES, M. A. A leitura e a escrita de textos paradidáticos na formação do futuro professor de Física. **Ciência & Educação,** Bauru, v. 21, n. 3, p. 765-781, 2015.

SALÉM, S.; KAWAMURA, R. O texto de divulgação e o texto didático: conhecimentos diferentes? In: **Encontro de pesquisadores em ensino de física**, 5, Águas de Lindóia. Atas... Águas de Lindóia, 1996, p.588-598.

SALTORIS, Daiala Barroso; CARDOSO, Cristiane. Geografia e Literatura: uma proposta para um ensino interdisciplinar. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos: a construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia, 2016, São Luís/MA. **Anais[...]**. São Luís-MA: UFMA, 2016. P. 1-12.

SANTOS, Juanice Pereira; SOUSA, Maria Solange Melo de. A formação inicial e continuada de professores de geografia a partir da reflexão docente. **Revista Ensino de Geografia (Recife),** Recife, v. 3, nº. 2, p. 50-63, 2020.

SILVA, A. I.; BARBOSA, T. O ensino de Geografia e a literatura: uma contribuição estética. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49, p. 80 – 89, 2014.

SILVA, Izabel Cristina. **Livro paradidático: uma porta aberta para o ensino de Geografia.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2017.244 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2017.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821. set./dez. 2012.

SILVA, S. A. R. & BARBOSA. J. R. A. **Formação Continuada de Professores para a Atualidade: Tecendo relações, trajetórias e desafios entre Universidade e Escola.** In: FERREIRA, Gabriella R. (Org.). Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política 2. [Recurso eletrônico]. Ponta Grossa, PR. Ed. Atena, p. 140 – 148, 2019.

SILVA, I. C. Livro paradidático de geografia: percurso de um velho desconhecido. **Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - SEPED**, [S. l.], n. 1, 2022. Disponível em: https://eventos.set.edu.br/seped/article/view/14888. Acesso em: 16 ago. 2023.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

THOMSON, A. B. A. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v.3, n. 4, p. 27-49, jan/jun. 2016.

TOMAZZONI, Fernando. **Os critérios que os professores utilizam na hora da escolha do livro didático de história.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em história) - Universidade de Caxias do Sul, RS, 2019.

VAHL, Mônica; PERES, Eliane. O programa do livro didático para o ensino fundamental (1971-1976). **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 562–585, 2017.

VITIELLO, M. A.; CACETE, N. H. Reflexões sobre as ações do estado e do mercado na produção de livros didáticos de geografia no brasil. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, PB, v.10, n. 2, p. 378-395, 2016.

ZAMBONI, Ernesta. **Que história é essa? Uma proposta analítica dos livros paradidáticos de História.** 1991. 233 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1991**APÊNDICES**

Apêndice A

QUESTIONÁRIO – PROFESSOR(A)

O presente questionário destina-se a conhecer a percepção dos professores das Escolas estaduais de Maceió, pertencentes a 1ª e 13ª GERE, sobre O PNLD Literário e sobre o hábito de leitura dos alunos, bem como sobre suas práticas pedagógicas.

Escola: _____

01. Há quanto tempo você atua na docência?

1 à 5 anos ( ) 6 à 10 anos ( ) 11 à 15 anos ( )
Mais de 15 anos ( )

02. Qual seu vínculo trabalhista?

Efetivo ( ) temporário ( )

03. Você realiza em sua aula algum tipo de incentivo à leitura?

Sim ( ) Não ( )

Justifique: _____

04. Como você classifica o interesse dos alunos da escola pela leitura?

Alto ( ) Regular ( ) Baixo ( ) Nenhum ( )

05. Nessa escola existe Biblioteca/Sala de Leitura?

Sim ( ) Não ( ) **(Pule para a questão 09)**

06. Se sim, como você classifica a estrutura física da Biblioteca/Sala de Leitura da escola?

Excelente ( ) Boa ( ) Ruim ( ) Péssima ( )

07. A biblioteca está sempre disponível/aberta para o uso?

Sim ( ) Não ( ) Não sei informar ( )

08. Nas suas aulas, você leva os alunos a biblioteca?

Sim ( ) Não ( )

Justifique: _____

09. Nas suas aulas você realiza/realizou projetos de incentivo à leitura?

Sim ( ) Não ( )

Justifique: _____

10. Para você, a literatura pode ajudar no ensino da Geografia?

Sim ( ) Não ( )

Justifique: _____

11. Você utiliza/utilizou obras literárias como recurso de ensino nas aulas de Geografia?

Sim ( ) Não ( )

Justifique: _____

12. Você foi informado sobre o PNLD literário?

Sim ( ) Não ( ) **(Pule para a questão 17)**

13. Se sim, como obteve essa informação

Direção da escola ( ) SEDUC ( ) TV ( ) Internet ( )
outros ( ). Qual(is)? _____

14. Você participou da escolha dos livros do PNLD literário?

Sim ( ) Não ( )

15. Se sim, quais fatores você levou em consideração para a escolha dos livros?

_____

16. Você julga necessária a participação do professor de Geografia na escolha das obras literárias?

Sim ( ) Não ( )

Justifique: _____

17. Na sua formação inicial, foi apresentado a literatura como um recurso de ensino da Geografia?

Sim ( ) Não ( )

18. A SEDUC já disponibilizou algum curso de formação voltado ao uso da literatura no ensino da Geografia?

Sim ( ) Não ( )

19. Você leu alguma produção acadêmica que abordasse o uso da literatura no ensino da Geografia?

Sim ( ) Não ( )

20. Você leu algum livro nos últimos 12 meses?

Sim ( ) Não ( )

21. Se sim, quantos livros você leu nos últimos 12 meses?

De 1 a 2 ( ) De 3 a 5 ( ) Mais de 5 ( ) Nenhum ( )

22. Se sim, nomeie ao menos uma dessas obras.

_____

23. Qual o gênero literário que você mais gosta? **(Marque até 3 gêneros literários)**

Romance ( ) Suspense ( ) Drama ( ) Policial ( )
Aventura ( ) Ficção ( ) Religioso ( ) Poesia ( )
Outros ( ). Qual? _____